



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XIII/ 2.ª SL

Aos 19 dias do mês de abril de 2017, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

10:00 Horas -

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Nomeação de relator para o Relatório "Portugal na União Europeia - 2016";**
3. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**

Projeto de Lei n.º 428/XIII/2.ª (PCP) - Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade);

Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

Projeto de Lei n.º 484/XIII/2.ª (PSD) - 2.ª alteração à Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro, que aprova a criação de uma base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal e 1.ª alteração à Lei n.º 40/2013, de 25 de junho, que aprova a Lei de Organização e Funcionamento do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN;

Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)

Proposta de Lei n.º 63/XIII/2.ª (GOV) - Aprova a decisão europeia de investigação em matéria penal, transpondo a Diretiva 2014/41/UE;

Relatora - Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)

Proposta de Lei n.º 64/XIII/2.ª (GOV) - Regulamenta a identificação judiciária lofoscópica e fotográfica;

Relator - Deputado Fernando Negrão (PSD)

4. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**

Projeto de Lei n.º 305/XIII/2.ª (PSD) - "Alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental";

Projeto de Lei n.º 373/XIII/2.ª (CDS-PP) - "Altera o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XIII/ 2.ª SL

de Junho ("Define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental"), criando normas sobre dispensa de serviço dos bombeiros que desempenham funções na Administração Pública";

Projeto de Lei n.º 379/XIII/2.ª (BE) - "Altera o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental";

5. Fixação de redações finais de textos aprovados, designadamente:

Texto que "Altera o Código Civil promovendo a regulação urgente das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica e procede à quinta alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, à vigésima sétima alteração ao Código de Processo Penal, à primeira alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível, e à segunda alteração à Lei n.º 75/98, de 19 de novembro" [Projetos de Lei n.ºs 327/XIII/2.ª (BE), 345/XIII/2.ª (PS) e 353/XIII/2.ª (PAN)]

Texto que "Altera a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo alargando o período de proteção até aos 25 anos (Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pelas Leis n.º 142/2015, de 8 de setembro e n.º 31/2003, de 22 de agosto)" [Projeto de Lei n.º 350/XIII/2.ª (PCP)]

6. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente sobre:

COM (2016) 819 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao reconhecimento mútuo das decisões de congelamento e de confisco;

Relator - Deputado José Silvano (PSD)

7. Admissão e distribuição de petições, designadamente:

Petição n.º 290/XIII/2.ª - Solicitam alterações legislativas, nomeadamente à Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, que criminalizou os maus tratos a animais de companhia;

8. Apreciação e votação de relatórios finais de todas as petições cujo prazo de apreciação se encontra ultrapassado;

9. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;

10. Outros assuntos.

11:00 Horas - Audição do Ministro-adjunto, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos (PS), foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XIII/ 2.^a SL

PROJETOS DE LEI

N.º/AUTOR	ASSUNTO	DEPUTADO RELATOR
PPL 70/XIII/2. ^a (GOV)	Regula a aplicação e a execução de medidas restritivas aprovadas pela Organização das Nações Unidas ou pela União Europeia e estabelece o regime sancionatório aplicável à violação das medidas restritivas	Deputado José Manuel Pureza (BE)
PPL 71/XIII/2. ^a (GOV)	Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo e transpõe o capítulo III da Diretiva (UE) n.º 2015/849.	Deputado Fernando Negrão (PSD)
PPL 72/XIII/2. ^a (GOV)	Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/849 e executando o Regulamento (UE) n.º 2015/847.	Deputado Fernando Negrão (PSD)

Por não se encontrar presente o Grupo Parlamentar do CDS-PP, o segundo ponto da ordem do dia foi adiado para o final da reunião.

No terceiro ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 428/XIII/2.^a \(PCP\)](#) - Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade), que, na ausência do relator, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), foi apresentado pelo Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS). Após uma breve intervenção do Senhor Deputado António Filipe (PCP), o parecer (nas suas partes I e III) foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Seguiu-se a apresentação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 484/XIII/2.^a](#) - 2.^a alteração à Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro, que aprova a criação de uma base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal e 1.^a alteração à Lei n.º 40/2013, de 25 de junho, que aprova a Lei de Organização e Funcionamento do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS). No final da exposição, interveio o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), considerando por um lado que, no ponto 4. do segmento *objeto e conteúdo* do parecer, que constava da sua página 3, a expressão “...*determinada na sentença condenatória*” deveria ser



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XIII/ 2.ª SL

substituída por “...ordenada na sentença condenatória”. Em segundo lugar, solicitou um esclarecimento à Senhora Deputada relatora sobre o significado da expressão “... ainda antes do trânsito em julgado das decisões”, ínsita no ponto já aludido, no que foi secundado pelo Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD), que defendeu que não se deveria avançar para a votação do parecer sem esta confirmação em particular. Desta forma, e tendo em conta as questões suscitadas, foi adiada a votação deste ponto para o final da reunião.

Posto isto, foi apresentado o parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 63/XIII/2.ª](#) - Aprova a decisão europeia de investigação em matéria penal, transpondo a Diretiva 2014/41/EU, pela respetiva relatora, a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), que na sua exposição aludiu à urgência do agendamento desta iniciativa, criticando também a má prática do Governo, lamentando que este não proceda à junção dos pareceres que deveriam acompanhar a iniciativa. No final, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

De seguida, procedeu-se à apresentação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 64/XIII/2.ª](#) - Regulamenta a identificação judiciária lofoscópica e fotográfica, pelo respetivo relator, o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), que defendeu que novas realidades criminais exigem novas soluções criminais, destacando ainda o ficheiro central de dados dactiloscópicos, bem como a responsabilidade da Polícia Judiciária por este ficheiro, através do Laboratório de Polícia Científica. Após uma breve intervenção do Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS), o parecer (nas suas partes I e III) foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No âmbito do quarto ponto da ordem do dia, tomou da palavra o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), que informou que ainda não fora possível chegar a acordo entre os Grupos Parlamentares proponentes dos projetos em discussão e votação na especialidade, razão pela qual solicitou o adiamento para a próxima reunião, o que mereceu a concordância de todos os Grupos Parlamentares.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XIII/ 2.ª SL

No ponto seguinte da ordem de trabalhos, procedeu-se à fixação das redações finais dos seguintes textos aprovados:

- Texto que "Altera o Código Civil promovendo a regulação urgente das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica e procede à quinta alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, à vigésima sétima alteração ao Código de Processo Penal, à primeira alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível, e à segunda alteração à Lei n.º 75/98, de 19 de novembro" [[Projetos de Lei n.ºs 327/XIII/2.ª \(BE\)](#), [345/XIII/2.ª \(PS\)](#) e [353/XIII/2.ª \(PAN\)](#)], tendo sido aceites por unanimidade, na ausência do PEV, as sugestões de redação constantes da Informação n.º 91/DAPLEN/2017, de 18 de abril de 2017, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa;

- Texto que "Altera a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo alargando o período de proteção até aos 25 anos (Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pelas Leis n.º 142/2015, de 8 de setembro e n.º 31/2003, de 22 de agosto)" [[Projeto de Lei n.º 350/XIII/2.ª \(PCP\)](#)], tendo sido aceites por unanimidade, na ausência do PEV, as sugestões de redação constantes da Informação n.º 90/DAPLEN/2017, de 18 de abril de 2017, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa;

No sexto ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do relatório sobre a COM (2016) 819 – Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao reconhecimento mútuo das decisões de congelamento e de confisco, que foi apresentado pelo correspondente relator, o Senhor Deputado José Silvano (PSD), e que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Passou-se de imediato ao sétimo ponto da ordem do dia, tendo sido admitida a [Petição n.º 290/XIII/2.ª](#) - Solicitam alterações legislativas, nomeadamente à Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, que criminalizou os maus tratos a animais de companhia, e designado relator o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), por indicação do seu próprio Grupo Parlamentar.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XIII/ 2.ª SL

Não havendo lugar à apreciação de relatórios finais de petições, nem à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, retomou-se a apreciação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 484/XIII/2.ª, tendo a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) constatado que era a própria exposição de motivos da iniciativa que utilizava a expressão “...*determinada na sentença condenatória*”, e não “...*ordenada na sentença condenatória*”. Para além disso, e apesar de entender que do cotejo da redação proposta com a redação da norma atualmente em vigor poder resultar alguns equívocos, anuiu na supressão do inciso “... *ainda antes do trânsito em julgado das decisões*” inserido no ponto 4. da terceira página do parecer, o que mereceu a concordância de todos os Grupos Parlamentares. A final, foi o mesmo submetido a votação, sendo as suas partes I e III aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

De seguida, foi a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) designada relatora para o Relatório “Portugal na União Europeia – 2016”, ainda no âmbito do segundo ponto da ordem do dia.

Por fim, no ponto reservado aos Outros Assuntos, o Senhor Presidente procedeu à distribuição da documentação relativa à proposta de compromisso para a constituição do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol, assim como às alterações propostas ao texto do Grupo de Trabalho, não tendo os Senhores Deputados suscitado qualquer objeção nem apresentado qualquer sugestão sobre o assunto.

Após uma curta interrupção, teve início a audição do Senhor Ministro-Adjunto (Eduardo Cabrita), que se fez acompanhar pela Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade (Catarina Marcelino).

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Ministro-adjunto que iniciou a audição regimental com uma pequena introdução centrada nas matérias da cidadania e igualdade sob a sua tutela, nomeadamente a agenda para a Igualdade nas Empresas e Mercado de Trabalho; o combate à discriminação racial; as questões relativas à



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XIII/ 2.ª SL

autodeterminação sexual e identidade de género; e o enquadramento do acolhimento de refugiados.

Seguiu-se uma ronda de questões das Senhoras e dos Senhores Deputados Ângela Guerra e Sara Madruga da Costa (PSD), Susana Amador e Elza Pais (PS), José Manuel Pureza e Sandra Cunha (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Rita Rato (PCP), as quais foram respondidas individualmente pelo Senhor Ministro-Adjunto, e algumas das quais complementadas com a intervenção da Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de abril de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelar de Vasconcelos)

Nota: Aprovada a 17-05-2017



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 45/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
Jamila Madeira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Morais
Vânia Dias da Silva
Ângela Guerra
Rita Rato
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Andreia Neto
António Gameiro
José Luís Ferreira
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: